

EDUCAÇÃO NO GOVERNO LULA DA SILVA: REFORMAS SEM PROJETO

Roberto Leher

Professor da Faculdade de Educação da UFRJ,
coordenador do GT Universidade e Sociedade do CLACSO



MAMI/NGONI

Ultrapassada a metade do mandato de Lula da Silva, as “reformas” encaminhadas sequer arranharam os graves problemas da educação pública, o que poderia ser justificado, em parte, pelas dificuldades estruturais que envolvem a área, como as complexas interseções entre as três esferas de governo que compartilham o dever do Estado em prover educação pública. Contudo, mais do que dificuldades operacionais, os atos do Executivo consolidaram os principais óbices diagnosticados pelos pesquisadores da temática e pelas entidades educacionais. O setor educacional segue prisioneiro do superávit primário e, por isso, o padrão de financiamento agravou-se nos dois últimos anos

Nos espaços acadêmicos que produzem conhecimento sobre a educação e, em especial, nos lugares de interface entre a produção de conhecimento e as lutas em defesa da educação pública, como os Congressos Nacionais de Educação ou o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), alguns consensos foram sendo consolidados no transcorrer dos anos 1990:

a) as políticas do Banco Mundial focalizadas e assentadas em noções assistencialistas, objetivando antes a governabilidade do que a difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, redefiniram, regressivamente, a educação pública e, por conseguinte, teriam de ser recusadas

para que o país pudesse edificar um sistema educacional de caráter republicano, universalista, público e democrático, em todos os níveis;

b) a disjunção entre a educação fundamental, média, técnico-profissional e superior teria de ser revertida;

c) o irrisório patamar de 4,0% do PIB, destinado ao conjunto da educação pública, teria de ser ampliado emergencialmente para 7% do PIB, conforme previsto no PNE;

d) o eixo de expansão da educação superior teria de ser público e gratuito e, para tanto, as verbas públicas teriam de ser alocadas no sistema público e não no setor privado, já robustecido ao longo dos anos 90 por incentivos fiscais, empréstimos subsidiados e programas de bolsas etc.;

e) o CNE deveria ser inteiramente redefinido de modo a assegurar que de órgão de governo passasse a órgão de Estado, e

A adesão incondicional e sem subterfúgios do governo de Lula da Silva à agenda do Banco Mundial é um primeiro grande indicador de que o passado segue oprimindo o cérebro dos dirigentes governamentais

f) os profissionais da educação teriam de possuir um piso salarial e um plano geral de carreira que valorizassem a qualificação e a dedicação desses profissionais às suas instituições.

Esses consensos foram firmados no PNE-Sociedade Brasileira e, parcialmente, foram incorporados no Plano de Governo de Lula da Silva “Uma escola do tamanho do Brasil”. Essas medidas, de natureza estrutural, deveriam constituir o substrato a partir do qual as questões de fundo da educação seriam repensadas por seus protagonistas, como as questões epistêmicas, as bases curriculares nacionais, a avaliação e a gestão democrática.

Nas ásperas lutas em defesa da educação pública foi forjada a compreensão de que a educação deveria ser objeto de políticas estratégicas, inscritas em mudanças que apontassem para um novo modo de inserção do país na economia-mundo e que, de fato, priorizassem o social frente ao capital.

Ultrapassada a metade do mandato de Lula da Silva, as “reformas” encaminhadas sequer arranharam os graves problemas da educação pública, o que poderia ser justificado, em parte, pelas dificuldades estruturais que envolvem a área, como as complexas interseções entre as três esferas de governo que compartilham diferentes dimensões do dever do Estado em prover educação pública. Contudo, mais do que dificuldades operacionais, os atos do Executivo consolidaram os principais óbices diagnosticados pelos

pesquisadores da temática e pelas entidades educacionais sumarizados anteriormente.

Os motivos que explicam a confirmação da manutenção das mesmas tendências destrutivas verificadas no governo Cardoso, por parte de um governo eleito sob a égide da esperança na transformação, não são o tema central deste artigo e, portanto, somente serão indicados. É possível adiantar que a “Carta aos Brasileiros” (julho de 2002) e a coalizão de classes que sustenta o seu governo explicam muito o quadro atual das políticas do Estado, notadamente o peso do tributo neocolonial da dívida que impõe um superávit primário que ultrapassa 4,5% do PIB e requer a taxa de juros mais alta do Planeta¹. Nesse sentido, a prioridade segue sendo o BC, entre 1998 e 2004, a soma dos superávits primários totalizou R\$ 316,4 bilhões, mas o Estado pagou R\$ 696 bilhões de juros!

Por mais que o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, tente colocar uma roupagem social e humanitária nas políticas do Banco, o caráter destrutivo delas, sempre associadas às do FMI, é por demais evidente, conforme reconhecem até mesmo ex-dirigentes como Stiglitz². A recente indicação de um dos arquitetos da “Guerra Infinita” de Bush, Paul Wolfowitz, para a presidência desta instituição remove qualquer dúvida sobre as conexões entre as políticas do Banco e o *imperialismo de hoje*. É de se prever que a governabilidade será pensada e a educação inevitavelmente será reconfigurada

ainda mais resolutamente nesses termos. As *lições derivadas da experiência* da América Latina com o Banco atestam que a adesão incondicional e sem subterfúgios do governo de Lula da Silva à agenda do Banco é um primeiro grande indicador de que o passado segue oprimindo o cérebro dos dirigentes governamentais.

No Brasil, o Banco Mundial financia dois grandes projetos de educação, o Fundo Escola 2 e 3 e, em 2003 e 2004, foi convidado pelo MEC para apoiar a reforma universitária. O investimento em desenvolvimento humano do Banco no Brasil envolve 10 projetos, totalizando US\$ 1,44 bilhão — representa um terço do programa do Banco no Brasil, 28% do total da América Latina e 16% do investimento mundial do Banco nessa área. Conforme o INESC, em 2004 as verbas do Banco no Orçamento da União totalizaram R\$ 576 milhões e, em 2005, o Projeto de Lei de Orçamento registra um salto para R\$ 5,97 bilhões: um crescimento de 1000%! Assim, distintamente das expectativas, a presença do Banco é mais ampla do que com Cardoso e isso emoldura grande parte da educação nos marcos definidos pelo organismo: focalização do/no ensino fundamental, conversão das escolas em lócus das políticas assistenciais (Bolsa Família, por exemplo), adestramento da força de trabalho nas unidades de formação técnico-profissional, combate ao modelo europeu de universidade, autonomia como desregulamentação das institui-

ções universitárias para atuarem no mercado e, mais amplamente, aprofundamento da mercantilização da educação.

O Plano Plurianual (PPA) de 2004 foi efêmero. No final deste ano o governo promoveu grandes ajustes alterando as prioridades, os programas e as dotações orçamentárias. O PPA 2004/2007 não teve a continuidade esperada. A revisão altera 347 programas dos 382 que compõem o PPA, exclui 17 e inclui 18 novos programas. O planejamento de médio prazo do governo Lula simplesmente perdeu consistência diante de tão radicais e profundas transformações.

Esse planejamento volátil se expressa também na educação. O PPA deveria operacionalizar o PNE, um plano de maior extensão temporal, no Orçamento Anual e na Execução Orçamentária. A meta de 7% do PIB foi vetada por Cardoso, veto reiterado por Lula da Silva, assim, o PPA não prevê novos aportes de recursos e, por conseqüência, o Orçamento está impedido de alocar verbas não previstas no PPA. Confirma-se, assim, um círculo vicioso perverso que inviabiliza por completo qualquer plano de educação. O setor educacional segue prisioneiro do superávit primário e, por isso, o padrão de financiamento não se alterou, ao contrário, se agravou nos dois últimos anos.

Após muita propaganda e muita expectativa dos aliados do governo, em dezembro de 2004 os vetos de Cardoso finalmente seriam examinados pelo parlamento. Os crédulos afirmaram que finalmente seria possível comprovar que o governo Lula veio para mudar a educação pública: o financiamento público subiria dos medíocres 4% do PIB para 7% do PIB, hoje cerca de R\$ 120 bi-

mentação. Como afirma estudo recente do IPEA, o PNE, com os vetos, reduziu-se a uma simples carta de intenções.

Confirmando a análise crítica de que as opções macroeconômicas e políticas do governo Federal não permitem a reversão das políticas neoliberais, a Casa Civil solicitou ao parlamento a confirmação dos vetos de Cardoso. Foi preciso uma grande operação da bancada governista que mantém vínculo com a área da educação para que a matéria não fosse votada, para evitar uma derrota duradoura que, no concreto, não pôde ser evitada, visto que, na prática, os vetos continuam existindo. A participação da União, dos Estados e dos Municípios nos gastos com a manutenção e o desenvolvimento da educação é a mesma e, por mais reforma gerencial que se faça, o quadro degradante não será substantivamente modificado.

A confirmação do veto se explica pelo superávit primário praticado. Idem a aplicação da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Cumpre destacar que um dos projetos do MEC para a educação superior (versão de agosto de 2004) chegou a afirmar que a DRU não mais incidiria sobre as verbas educacionais, o que permitiria acrescentar significativos R\$ 4 bilhões por ano para a educação federal. Contudo, enquanto esse documento era lançado, o FMI sugeria que o governo

***Na educação
básica, o padrão de
financiamento medíocre se consolida.
Mantidos os vetos de FHC à meta de 7%
do PIB, por mais reforma gerencial
que se faça o quadro degradante
não sofrerá modificação
substancial***

lhões, conforme estabelecido no PNE aprovado pelo Congresso Nacional.

Nos termos do Programa de Governo:

A ação concreta nessa direção será a retirada dos vetos presidenciais que incidiram sobre a quase totalidade das metas que envolvem ampliação dos recursos financeiros necessários à sua efetiva imple-

Déficit de professores para a educação básica

Idade e população	Modalidade	Matrículas informadas* (A)	Déficit de vagas estimado	Funções docentes informadas (B)	Relação professor/aluno 1/(A/B)	Déficit estimado de docentes
até 6 anos 23.000.000	Infantil	5.912.150	13.000.000*	311.661	1/19	684.210
7 a 14 anos 27.000.000	Fundamental	27.300.000	2.700.000	1.553.161	1/17	158.823
15 a 17 10.500.000	Médio	8.400.000	2.100.000	448.569	1/19	115.789
Total						958.822

Fonte: Censo 2001-Inep *Demanda potencial

federal deveria revogar todas as vinculações constitucionais, aplicando uma DRU que abarcasse não 20% das receitas vinculadas, mas 100% (atingindo notadamente os recursos da saúde e da educação). Orwe-
lianamente, na ver-
são subsequente (de-
zembro de 2004), a ex-
clusão da DRU das verbas
educacionais simplesmente
desapareceu. Diante desse
quadro, parece pouco prová-
vel que a DRU seja extinta
em 2007, conforme prevê a lei.
O próprio governo admite isso.
Uma das versões de projeto do
Fundeb prevê a redução grada-
tiva da DRU a uma taxa de 25%
ao ano a partir de 2005. Ora, a lei
prevê o fim da DRU em 2007 e,
desse modo, a redução deveria ser
de 33,3% ao ano.

Os recursos do Fundef que in-
duziram a aceleração da munici-
palização do ensino fundamental
seguem não sendo corrigidos con-
forme estabelece a Lei 9.424/96.
O débito da União com os Esta-

**A coalizão
de classes do
Governo Lula está assentada
no tripé setor financeiro, agronegócio e
exportação de commodities. Nenhum
deles requer universidade pública
capaz de gerar conhecimento
novo, nem formação massiva
para o trabalho complexo**

dos, conseqüência deste cálculo
que usurpa as verbas do ensino
fundamental, chegou a quase R\$
9 bilhões em 2002. Em 2003, os
valores praticados no Fundef se
distanciaram ainda mais do valor
previsto em lei, reduzindo a par-
ticipação da União nas verbas do
Fundef ao menor patamar desde
a sua origem em 1998: ínfimos
1,6% (1998 - 3,7%).

No que se refere ao ensino
médio, hoje de atribuição quase
exclusiva dos Estados, vem sendo
discutida a criação de um novo
fundo para o ensino básico, o
Fundeb, que poderá
oferecer alento
a este nível, hoje
acessível a somente
40% dos jovens de 15
a 17 anos. O governo
federal apresentou duas
versões, a última delas
se encontra na Casa Civil
para exame. Nesta segunda
minuta se prevê que a União
ampliara gradativamente o
seu aporte de recursos ao novo
fundo: 5% no primeiro ano,
6,5% no segundo ano, 8% no
terceiro ano e, finalmente, 10% no
quarto ano. Este último montante
seria de aproximadamente R\$ 5
bilhões, fato que, confirmado,
seria extremamente benéfico para a
educação básica. Entretanto, como
visto, sem mudança no padrão de
financiamento, o cobertor sempre
será curto. Como o Anteprojeto de
Lei da Educação Superior (versão
de dezembro de 2004) prevê que

a subvinculação das verbas para as IFES deve excluir do cálculo as futuras verbas do Fundeb, os recursos para a educação básica entrarão em competição com os recursos da educação superior!

A formação de professores segue sem políticas consistentes. A maior parte das iniciativas está centrada nas estratégias de formação à distância, e as políticas para a educação superior, denominadas pelo MEC de reforma universitária, não abordam o problema da interação entre a educação superior e a educação básica, não enfrentando o explosivo problema da formação de docentes, em particular para as disciplinas relacionadas às ciências da natureza. Dos cursos de graduação à distância, 50% são de pedagogia e normal superior e 29% destinados às demais licenciaturas. Apesar das matrículas das licenciaturas estarem crescendo (entre 1996 e 2002 na ordem de 65%), as instituições privadas de baixa qualidade seguem ampliando a sua presença nesse segmento (no período 1996/2002 o crescimento privado foi de 81%).

Como sublinhado anteriormente, a coalizão de classes do Governo de Lula da Silva está asentada no tripé setor financeiro, agronegócio e exportação de *commodities* mais ou menos manufaturadas. Nenhum desses setores requer universidade pública capaz de produzir conhecimento novo

e, tampouco, a formação massiva para o trabalho complexo. Isso se reflete na política de formação profissional e técnica.

O governo Cardoso promoveu a desvinculação entre o ensino propedêutico e a formação profissional por meio do Decreto 2208/97. A expectativa era de que o novo governo o revogasse e mantivesse o conceito da formação integrada prevista na LDB.

ao legitimar a formação desvinculada que se difundiu como rastilho de pólvora em todo o país em virtude do referido Decreto, impôs, por conseguinte, grave retrocesso à formação profissional. Venceram os empresários do setor e as direções das escolas técnicas que operam na mercantilização dessa modalidade.

A previsão de conversão dos Cefets em Centros Universitários, conforme prevê o Anteprojeto de Lei da Educação Superior (versão de dezembro), é congruente com essa avaliação, assim como a política de Escola de fábrica, os cursos de curta duração não acadêmicos, a certificação gradativa e a modularização nos cursos superiores de tecnologia.

Analisando as medidas implementadas até o momento é possível constatar que as políticas dos organismos internacionais seguem guiando os cérebros do governo Lula da Silva. Com efeito, a modernização do MEC coincide no fundamental com as agendas do Banco Mundial, do BID e da Cepal para as instituições de educação superior públicas: racionalização do acesso não por medidas universais, mas por cotas; programas de estímulo à docência por meio de gratificações por produtividade; avaliação padronizada da “qualidade” (Exame Nacional de Desempenho) inspirada na teoria do capital humano; vinculação entre os planos de

O Anteprojeto da Lei de Educação Superior admite, pela primeira vez na história do país, que a educação é um campo específico de inversões estrangeiras, e autoriza participação de até 30% de capital estrangeiro

Após longo processo cheio de idas e vindas, o governo afinal revogou o referido Decreto em meados de 2004. Contudo, editou um novo Decreto (5154/04) que, de um lado permite a articulação do ensino médio e profissional, o que é um avanço frente a situação criada pelo Decreto 2208/97, de outro, ao admitir a manutenção da situação vigente e, nesse sentido,

desenvolvimento institucional (estabelecidos com a participação empresarial), avaliação (Sinaes) e financiamento (financiamento por meio de contratos); direcionamento do “mercado educativo” da instituição para o âmbito regional, e associação linear e estreita entre eficiência acadêmica e pragmatismo universitário. Em suma, o Banco difunde um posicionamento ideológico de modo a conformar a universidade pública em um setor mercantil balizado pelos valores neoliberais.

A assimilação desses elementos que compõem a matriz da concepção do Banco Mundial no Anteprojeto desenha uma instituição que dificilmente mereceria o conceito de “pública”, inviabilizando a liberdade acadêmica, concebida como um obstáculo à eficiência das instituições. No equilíbrio de poder entre a autoridade “acadêmica” e a autoridade da universidade-empresa prevalece esta última.

Coincidindo também com a agenda da OMC e do ALCA, o Anteprojeto admite, pela primeira vez na história do país, que **a educação é um campo específico de investimentos estrangeiros**. O Anteprojeto autoriza uma participação de até 30% de capital estrangeiro, criando a “segurança jurídica” que os empreendedores tanto reclamam nos tratados de livre-comércio (TLC). O que

importa, por agora, é que o princípio de que o setor comporta investimentos estrangeiros está estabelecido.

A enorme ofensiva do grupo de pressão do setor privado objetiva justamente “flexibilizar” as normas do governo. Como no ProUni o setor foi muito bem sucedido, mesmo sem fazer grande *lobby*, não resta dúvida de que agirão com muita intensidade

liberalizar as suas ações foram acolhidas pelo núcleo dirigente do governo (vide: transgênicos, biossegurança, concessão de reservas de petróleo, madeira, lei de falências, PPP etc.) e, de modo ainda mais pró-capital, pelo Congresso Nacional.

Ao contrário do que o MEC proclama, o novo alento assegurado às privadas (completa isenção de impostos e, ainda, de parte significativa da contribuição previdenciária, no caso das filantrópicas) deverá impulsionar um novo ciclo de crescimento do setor, hoje correspondente a 88% das instituições de ensino superior e a 72% dos estudantes.

Atualmente o setor privado movimentava cerca de R\$ 15 bilhões: as filantrópicas gozam de isenções da ordem de 25% e as empresariais de 15%. Caso todas venham a se converter em empresariais, uma hipótese ainda remota, as isenções corresponderiam a R\$ 2,3 bilhões. No futuro próximo, contudo, considerando que as filantrópicas não recolhem a contribuição

previdenciária patronal (cerca de R\$ 460 milhões), as privadas poderão receber mais de R\$ 2,7 bilhões em “troca” de menos de 150 mil vagas de péssima qualidade, grande parte delas pulverizada em bolsas parciais de 50% e 25%. Isso sem contar os R\$ 1 bilhão do FIES. Cabe lembrar ainda que o ProUni previa em sua primeira versão 20% da vagas de

*Por detrás do verniz
público, a torrente privatista pulsa no
Anteprojeto da Lei de Educação
Superior. Ampliar as vagas
públicas para 40% até 2011
nos fará chegar à situação de
1994!*

para alargar ainda mais as concessões. O MEC demonstrou improvável ingenuidade ao propor aos empresários uma política consistente em benefício do setor, acreditando que, com isso, em contrapartida, estes admitiriam algum controle sobre o funcionamento das privadas. Todas as contendas do capital no sentido de flexibilizar e

todo o setor privado, percentual que despencou para ínfimos 8,5% (sendo apenas 4,25% de bolsas integrais). A alcunha do ProUni criada pelo jornalista Josias de Souza, da *Folha de S. Paulo*, expressa com perfeição a situação: é o “promamata”.

As diversas medidas até o presente encaminhadas pelo governo federal já foram objeto de estudos sistemáticos por parte de acadêmicos especializados no campo e também por entidades e representações sindicais, acadêmicas e de estudantes, merecendo publicações que, no geral, foram capazes de abarcar as questões centrais em discussão³, parte delas sintetizadas em Leher⁴ (2004). Com o objetivo de tornar pensável o novo Anteprojeto, vale recuperar algumas das linhas de força presentes nas iniciativas governamentais:

i) a consolidação do eixo privado — agora por meio de parcerias público-privadas — como o vetor do fornecimento da educação superior;

ii) a naturalização de que os (poucos) jovens das classes populares que terão acesso ao nível superior receberão ensino de qualidade drasticamente inferior;

iii) a transformação da universidade em organização de serviços demandados pelo capital metamorfoseados como inovação tecnológica;

iv) a conversão da educação tecnológica em um braço da ação empresarial e de regulação do acesso (e exclusão) aos empregos; e

v) a hipertrofia do controle governamental (produtividade, eficiência e ideologia reguladas por meio da avaliação) e do mercado (financiamento e utilitarismo) sobre a universidade pública, inviabilizando a

Das cerca de 169 mil escolas existentes, 11% não possuem água e esgoto, 23% energia elétrica, 77% biblioteca, 95% sala de ciências e 86% não possuem o conjunto vídeo-tv e parabólica

autonomia e, principalmente, a liberdade acadêmica.

Somente uma razão cínica pode sustentar a tese da tábua rasa a partir da qual seria possível uma metodologia democrática de encaminhamento político. O exame do Anteprojeto permite evidenciar que, por detrás do verniz público, a torrente privatista pulsa soberana no referido documento.

Em artigos, conferências e entrevistas os dirigentes do MEC fazem comparações com o governo Cardoso enaltecendo os seus feitos. Contudo, essas comparações são frágeis e pouco significativas. O contingenciamento foi tal que, no período 1995-2002, o orçamento do MEC caiu de 1,44% do PIB (1995) para 1,26% em 2002. Assim, as comparações “virtuosas” escondem o fato de que o padrão anterior estava drasticamente rebaixado. Para efeito de comparação, séries históricas devem ser estabelecidas, em valores corrigidos. Contudo, os recursos executados praticados pelo governo de Lula da Silva, em valores constantes, são inferiores em relação ao governo Cardoso: em 2000, a subfunção educação superior contou com R\$ 9,3 bilhões; em 2003, os recursos para esta rubrica caíram para R\$ 7,2 bilhões⁵, montante repetido em 2004.

É uma questão de política de Estado: os novos investimentos nas IFES não ultrapassam R\$ 695 milhões. Conforme o Plano Plurianual não há recursos novos para o setor: o anunciado aumento de verbas para a educação superior que estaria previsto na Lei de Orçamento da União (R\$ 8,6 bilhões), se comparado à terrível série histórica dos anos 90 (valores corrigidos) não fugiria da deprimida curva que expressa os baixíssimos gastos com a educação superior federal; ademais, já é sen-

so comum que a previsão da Lei de Diretrizes Orçamentária e mesmo o Orçamento Geral da União não expressam nem de perto a realidade. Importa saber quanto recurso foi efetivamente repassado (executado, no jargão técnico). E aqui o quadro ainda é mais medíocre.

A subvinculação pretendida no Anteprojeto (75% dos 18% constitucionais) igualmente não irá alterar o quadro de penúria das públicas. Como já visto, a Desvinculação das Receitas da União será mantida no futuro próximo. O novo Anteprojeto introduz mais um elemento que irá reduzir os gastos da União com o ensino superior: fica deduzida da base de cálculo a complementação da União aos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Fundeb, futura emenda constitucional. E, ainda, a burla do princípio constitucional que vincula verbas dos impostos à educação igualmente permanece inalterada. Para fraudar a vinculação, desde Cardoso há um aumento sistemático das Contribuições (Cofins, CPMF, CIDE...), que não contam para os referidos 18% que, paulatinamente, vêm tomando o lugar dos Impostos. Atualmente, os 18% incidem sobre um montante cada vez mais raquítico. Na prática, com a subvinculação (mesmo acrescida da exclusão da folha dos aposentados dos gastos do MEC) não ultrapassaríamos os inviáveis recursos atualmente disponibilizados.

O Anteprojeto afirma que a meta de crescimento do setor público para 2011 é 40% das vagas no setor

público. Na prática, chegar à mesma situação de 10 anos atrás! Em 1994, conforme o INEP, o percentual de estudantes nas públicas era de 41%! O MEC argumenta que em 2011 o percentual significará um número maior de estudantes. É óbvio. Mas não altera a situação de iniquidade vigente nos anos 90. E pior: como não há previsão de recursos novos, é de se supor que a expansão das públicas será por meio de modalidades aligeiradas (*adequadas* aos pobres), como a educação à distância (o MEC estuda a possibilidade de autorizar 270 mil vagas à distância para formar professores), a proliferação de centros universitários, como, aliás, propõe o Anteprojeto ao converter os Cefet nesta modalidade, e de cursos seqüenciais do ProUni. No PNE-Sociedade brasileira, a meta de crescimento estava amparada em uma consistente política de financiamento: 2006 (1,2% do PIB) e 2011 (1,4% do PIB). Hoje o percentual de gastos na educação superior federal está estagnado em 0,6% do PIB.

Dos cerca de 35 milhões de matriculados no ensino fundamental, a cada ano 4 milhões são reprovados, 3 milhões abandonam a escola e somente 2,7 milhões concluem a oitava série. Aproximadamente 800 mil crianças concluem a quarta série completamente analfabetas. Dos 8,2 milhões que estão cursando o ensino médio, 750 mil são reprovados a cada ano, 1,1 milhão abandonam a escola e apenas 1,8 milhão concluem o ensino médio. Das cerca de 169 mil escolas existentes, 11% não possuem água e esgoto, 23% energia elétrica, 77% biblioteca, 95% sala de ciências

e 86% não possuem o conjunto vídeo-tv e parabólica. Em todos os estados existe o turno da fome, de 11 às 14h. Assim, a afirmação de que o problema é a qualidade “pedagógica” desvinculada da materialidade da política é cínica, mas esse cinismo já foi introjetado pelas políticas neoliberais. Não deveria causar surpresa que nos exames PISA os estudantes brasileiros ocupam o último lugar entre todos os 40 países pesquisados em matemática.

Em que pesem belas palavras e iniciativas pontuais, não há políticas públicas em curso capazes de assegurar a escola republicana a que se referira Florestan Fernandes. O projeto de nação ancorado no agromercado, no setor financeiro e na exportação de *commodities* não requer um sistema de ensino de qualidade. Recentemente, o ministro Tarso Genro escreveu um livro pensando a esquerda e a nova sociedade: a palavra educação não foi mencionada nenhuma vez. Esse silenciamento fala mais do que mil palavras.

Notas

1. Roberto Leher. O governo Lula e os movimentos sociais. In: OSAL (Buenos Aires) n. 10, abril, 2003.
2. Joseph E. Stiglitz. El malestar en la globalización. Bs.As.: Taurus, 2002.
3. Diversas revistas especializadas elaboraram dossiês sobre a “reforma”: Revista Reportagem (maio 2004); Margem Esquerda, n.3; Universidade e Sociedade (n.33, julho 2004); Revista Adusp (nº 32, abril 04 e outros); Revista da Adunicamp (Setembro 04). Educação e Sociedade fez um alentado volume sobre a educação superior reunindo especialistas nacionais e estrangeiros (n.88, número especial –2004). O Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN elaborou um estudo abrangente sobre as principais medidas encaminhadas até agosto de 04 (A contra-reforma da educação superior, Agosto 04).
4. Roberto Leher. Para silenciar os campi. Educ. Soc., out. 2004, vol.25, no.88, p.867-891. ISSN 0101-7330.
5. SIAFI, Elaboração COFF/CD, deflator IGP-DI (FGV), citado em Isaura Belloni. Notas sobre financiamento de educação superior. In: Câmara dos Deputados/ COED, Avaliação Técnica do PNE, DF, 2004.